

A EDUCAÇÃO EM PAULO FREIRE E SUAS POSSIBILIDADES EM FEIRAS DE AGRICULTURA FAMILIAR: a construção de saber na coletividade

Gisleine Cruz Portugal¹
Sérgio Botton Barcellos²

Resumo: Os processos educativos ocorrem em diversos contextos e espaços na vida das pessoas a partir de experiências que ganham sentido em seu cotidiano. O objetivo a partir deste trabalho é promover uma discussão teórica sobre a educação não-formal presente no espaço social das feiras livres de produtos oriundos da agricultura familiar, como espaço de reflexão sobre o conhecimento popular, baseado no conceito de educação popular e dialogando com a Educação Ambiental. Para isso, realizamos uma pesquisa sistemática através de uma revisão bibliográfica, apoiada em autores e estudos de caso que fazem parte de uma agenda de pesquisa para o projeto de doutorado da autora sobre o tema. A partir dos estudos analisados, as feiras podem ser entendidas como um espaço de afirmação dos saberes do campo, que impulsionam práticas cotidianas de trabalho de grupos populares e subalternos, através dos encontros promovidos nestes espaços. Diferentes das instituições educativas tradicionais, eles representam uma possibilidade de construção coletiva de saberes, em que os objetos de conhecimento não são uma propriedade nem para um, nem para outro indivíduo, mas sim a incidência de uma reflexão mútua de ambos, em que produtores e produtoras são os atores principais do processo de troca de saberes e aprendizados.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Educação Libertadora. Feira Livre. Educação Não-Formal. Conhecimento Popular.

EDUCATION IN PAULO FREIRE'S CONSTRUCTIONS AND ITS POSSIBILITIES IN FAMILY AGRICULTURE FAIRS: knowledge construction in collectivity

Abstract: Educational processes take place in different contexts and spaces in people's lives from experiences that gain meaning in their daily lives. The objective of this work is to promote a theoretical discussion on non-formal education present in the social space of free fairs of products from family farming, as a space for reflection on popular knowledge, based on the concept of popular education and dialoguing with the Environmental Education. For this, we carried out a systematic

¹ Pós-graduanda (Doutorado) em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande (FU)

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCS) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Entre dezembro de 2016 a 2020 foi Professor na área de Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Realizou estágio de Pós-Doutorado em Sociologia na UFPel. Possui doutorado e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) com bolsa sanduíche financiada pela CAPES na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) - Espanha nos temas de migração e diversidade étnica. Possui Especialização em Educação Ambiental e Graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordena o Grupo de Pesquisa Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais - DIPEM/FURG. Atua em assessorias e pesquisas nas seguintes áreas: Políticas Públicas de desenvolvimento; Conflitos Socioambientais; Sociologia Rural e Ambiental; Agricultura Familiar e Camponesa; Educação ambiental.

research through a literature review, supported by authors and case studies that are part of a research agenda for the author's doctoral project on the subject. Based on the studies analyzed, the fairs can be understood as a space for affirming the knowledge of the field, which boosts the daily work practices of popular and subaltern groups, through the meetings promoted in these spaces. Different from traditional educational institutions, they represent a possibility of collective construction of knowledge, in which the objects of knowledge are not a property for one or another individual, but rather the incidence of mutual reflection by both, in which producers are the main actors in the process of exchanging knowledge and learning.

Keywords: Family Farming. Liberating Education. Open Market. Non-Formal Education. Popular Knowledge.

LA EDUCACIÓN EN PAULO FREIRE Y SUS POSIBILIDADES EN LAS FERIAS DE AGRICULTURA FAMILIAR: la construcción del conocimiento en la colectividad

Resumen: Los procesos educativos se dan en diferentes contextos y espacios de la vida de las personas a partir de experiencias que cobran sentido en su cotidianidad. El objetivo de este trabajo es promover una discusión teórica sobre la educación no formal presente en el espacio social de las ferias de productos de la agricultura familiar, como un espacio de reflexión sobre el conocimiento popular, basado en el concepto de educación popular y dialogando con el Educación Ambiental. Para eso, realizamos una investigación sistemática a través de una revisión de la literatura, sustentada por autores y estudios de caso que forman parte de una agenda de investigación para el proyecto de doctorado de la autora sobre el tema. A partir de los estudios analizados, las ferias pueden entenderse como un espacio de afirmación del conocimiento del campo, que dinamiza las prácticas laborales diarias de los grupos populares y subalternos, a través de los encuentros que se promueven en estos espacios. A diferencia de las instituciones educativas tradicionales, representan una posibilidad de construcción colectiva del conocimiento, en que los objetos de conocimiento no son propiedad de uno u otro individuo, sino la incidencia de la reflexión mutua por parte de ambos, en la que productores y productoras son los principales actores en el proceso de intercambio de conocimientos y aprendizaje.

Palabras clave: Agricultura Familiar. Educación Liberadora. Mercado Abierto. Educación No Formal. Conocimiento Popular.

Introdução

Os processos educativos acontecem de diversas maneiras e espaços, existindo concepções diferentes do que é educação e como ocorre na vida das pessoas. Podemos trabalhar com a ideia de que o que se busca com a educação é promover experiências que permitam que as pessoas construam aprendizados que façam sentido para seus contextos de vida e para a sociedade. Porém, a educação formal e os currículos oficiais das instituições

educacionais, como escolas, faculdades, campanhas educacionais, da forma como conhecemos atualmente, não estão, muitas vezes, em consonância com esta proposta. O que é possível perceber, tradicionalmente, é a figura de um professor que é visto como o detentor de um saber, que seria transferido para os alunos, que “absorvem” tal conhecimento para então aplicá-los em atividades como provas e trabalhos que, por sua vez, são propostas para os mesmos sem sua participação no processo. Se construiu, a respeito destes espaços, a ideia de que seria ali o lugar determinado para ensinar as regras sociais da vida em comunidade e a produção de conhecimento.

No entanto, este formato não é a única forma de construir aprendizagens significativas. Um questionamento deste modelo foi elaborado por Paulo Freire, que defendeu outra proposta de educação, que não submetesse os aprendizes à uma condição subalterna, nem partisse do pressuposto de que eles se encontram em uma posição de “ignorância”, de forma que a educação os retire de lá. O que o autor propõe é um reconhecimento dos seus próprios saberes como legítimos, e que sua realidade possa ser reconhecida como parte essencial do processo educativo.

Buscamos com este trabalho discutir aspectos de uma educação não-formal dentro desta perspectiva, em um espaço social promovido por diversas e diferentes pessoas: as feiras livres de produtos oriundos da agricultura familiar. Como elaborado por Danielli e Mackmillan (2018), os mercados municipais, categoria onde se encontram as feiras para tais autores, são locais de agrupamento de pessoas que atuam como “catalizador de sociedades” e possuem um potencial para a Educação e para a Educação Ambiental (EA). Este trabalho se configura em uma pesquisa bibliográfica sistemática para compreender como processos educativos em um espaço social como as feiras livres são abordados na literatura e, a partir disso, elaborar reflexões.

A justificativa para a elaboração deste artigo é elaborar um estado da arte sobre as práticas produtivas e os saberes populares dialogados e construídos em espaços como as feiras livres a partir do recorte da Educação Ambiental, investigando as relações presentes sob uma dimensão educacional neste espaço não-formal de aprendizagem.

Para tecer este debate, utilizamos como aporte para essa reflexão teórica autores e estudos de caso (TELES, SANTOS, 2019; DANIELLI, MACKMILLAN, 2018;

MONTEIRO *et al.*, 2016; SOUZA, 2015; SILVA, STROFF, 2014; SCHNEIDER, FALCKEMBAK, FRANTZ, 2014; LUCENA, CRUZ, 2013; VEDANA, 2013) que fazem parte de uma agenda de pesquisa sobre o tema, com a finalidade de discutir as relações educacionais presentes desde o processo de organização, produção e comercialização das feiras. Partindo das experiências apresentadas pelos estudos de caso citados, escolhemos para esta análise qualitativa nos apoiar em textos de Paulo Freire que trabalham a questão da educação popular, e levantam reflexões sobre como foi construído o projeto ideológico do sistema educacional em nossa sociedade e as opressões que podem estar por trás dele.

Além da introdução e considerações finais o artigo é composto por dois tópicos no desenvolvimento que são denominados “As feiras livres como um espaço social educativo e os feirantes como seus atores principais” e “A educação em Paulo Freire e a interlocução com a realidade das feiras”.

As feiras livres como um espaço social educativo e os feirantes como seus atores principais

As feiras livres são espaços de atividades econômicas e sociais muito antigos, que datam desde os primeiros agrupamentos humanos, quando da sua fixação em terras, o estabelecimento de propriedades, a domesticação de animais e cultivos vegetais para a alimentação. Segundo Souza (2015), as feiras livres surgiram a partir de mercados locais que buscavam suprir a população com itens cuja produção aumentou com o aprimoramento de técnicas agrícolas, passando a gerar excedentes para comercialização. No Brasil as feiras livres são datadas desde o período colonial, se estabelecendo como prática comum devido ao crescimento demográfico que permitia a maior comunicação entre os grupos produtores, e a diversificação da economia.

Para que elas aconteçam, se requer um esforço continuado dos(as) agricultores(as) tanto para preparar a produção, colher, higienizar, embalar, para que sejam apresentados os produtos para os(as) consumidores(as). Além disso, em muitos casos os produtores(as) se organizam em possíveis associações, cooperativas, e podem se vincular a grupos que defendam a promoção das feiras e incentivem a produção familiar. Ela é uma proposta de

produção que parte de pequenos(as) produtores(as) que tem o desejo de se manter trabalhando com a terra e tirar dela sua sobrevivência e de sua família, existindo a possibilidade, para além disso, de produzir alimentos de forma sustentável, em contraponto ao sistema de monocultura ou latifúndio, que empregam mão-de-obra assalariada.

Em perspectiva histórica é possível observar estas questões no processo de urbanização dos países considerados “subdesenvolvidos”, e na distribuição de suas atividades econômicas, onde podemos alocar as feiras livres. Na revisão bibliográfica elaborada no trabalho de Souza (2015), a autora recorre ao geógrafo Milton Santos para explicar este processo, a partir de um modelo que se divide em dois circuitos econômicos, que convivem de maneira tensa, e disputam entre si por espaço e por legitimidade.

Há um chamado circuito superior, e um circuito inferior, explorados pela autora. O primeiro estaria relacionado com atividades econômicas ditas modernas, vinculadas à acumulação do capital e existência dos grandes conglomerados, que lançam mão de tecnologia de ponta. O segundo se caracteriza por estar vinculado à sobrevivência de atores das classes médias e populares, que possuem tecnologia pouco sofisticada. Estas, muitas vezes são marginalizadas pelo poder público, podendo ser qualificadas como antiquada ou obsoletas, por não possuírem uma ligação direta com a mundialização da economia e suas novas formas de comercialização. Na análise da autora as feiras livres estão no âmbito deste circuito dito inferior, pois nela se encontram mercadorias e produtos pouco processados, ou produzidos de forma artesanal, muitas vezes associado a um imaginário social contrastante com padrões de beleza, higiene e civilidade, que associavam esses espaços à sujeira, ilegalidade, desordem e atraso (SOUZA, 2015). Elas passam pela pressão e disputa de espaço no interior das cidades com comércios como o de supermercados, que em geral recebem vantagens políticas e econômicas para comercialização e crescimento das suas cadeias comerciais (VEDANA, 2013).

Mas não podemos deixar de refletir sobre o fato que ressalta Vedana (2013), de que “Se as feiras livres e mercados de rua ainda fazem parte da paisagem urbana é porque essa forma de comercializar alimentos permanece plena de sentido para seus [...] trabalhadores ou fregueses” (VEDANA, 2013, p. 46). Podemos ainda ressaltar que, para a autora, a figura do feirante pode ser reconhecida como um trabalhador urbano que se compõe como um

personagem complexo que transita entre múltiplas camadas, sendo proprietário de seu negócio, porém sem se tornar um micro ou pequeno empresário, e que ainda opera na administração e gestão. Por outro lado, se engaja em tarefas básicas como montar e desmontar barracas, carregar produtos e varrer o chão. Ademais, os(as) trabalhadores(as) das feiras dispõem de conhecimentos sobre economia, agricultura, importações e estão a par de transformações urbanas e rurais (VEDANA, 2013). Schneider, Falckembak, Frantz (2014) identificaram, ainda, em seu estudo³, a percepção dos feirantes participantes da sua pesquisa sobre o sistema capitalista que envolve as agroindústrias, o controle exercido nas cadeias produtivas, no estabelecimento de preços, tempo de produção e criação de animais e insumos. Reconhecem também neste sistema a predominância do individualismo, exclusão e concentração de renda, em detrimento da diversificação das propriedades e valorização cultural.

O “sucesso” no trabalho neste caso não se remete à imagem de um típico empreendedor que visa o enriquecimento e acumulação de bens, mas sim a um investimento em algo que Vedana (2013) chamou de “vida prática de seus negócios” (VEDANA, 2013, p. 50), que corresponde à ampliação de seus locais de venda, de fregueses assíduos e, no caso deste estudo, poder trabalhar com algo prazeroso, que muitos relatam como “uma paixão”. Nesta pesquisa de campo em mercados de rua das cidades de Porto Alegre e São Paulo, no Brasil, e em *marchés* de Paris, na França entre os anos de 2004 e 2008, a autora entendeu que os(as) feirantes não se constituem como sujeitos alienados da sua força de trabalho, não são explorados(as), mas sim donos(as) de seu próprio negócio, porém sem serem micro ou pequenos empresários. Isso quer dizer que se tratava de uma proposta que permitia aos camponeses uma vida externa ao sistema de opressão do capital, podendo se tornar autônomos, conquistar sua estabilidade financeira e investir na sua propriedade.

³ Este estudo foi uma reflexão a respeito de processos educativos e pedagógicos no campo da educação popular a partir da experiência coletiva chamada “Feira Sabor da Terra”, construída por grupo de agricultores que vende produtos coloniais e agroecológicos produzidos pela agricultura familiar nas pequenas propriedades do município de Chapecó, Santa Catarina. Partindo do pressuposto de um projeto de administração popular, usando instrumentos de participação, o grupo desenvolveu processos de educação popular no período de 1997 a 2004.

De acordo com Schneider, Falckembak, Frantz (2014), houve, na história da humanidade diversas tentativas de se desenvolver organizações e associações que desencadeiem princípios econômicos outros que não o modelo capitalista hegemônico. No caso da feira analisada pelos autores, o diálogo para o planejamento e a troca de experiências técnicas nos processos produtivos e sobre desafios ecológicos são o cerne do desenvolvimento de novos valores e relações sociais, tendo portanto um aspecto educativo, entendido pelos autores como algo que não tem um significado universal, mas sim encontra significação a partir das implicações políticas que estes processos acarretam. Ainda, tais autores ressaltam, em seu estudo, a potencialidade de processos educativos em uma relação econômica em que a ação coletiva é valorizada, de forma que se torna possível desenvolver experiências inovadoras, relações e práticas que contribuem para a organização de outro modo de vida.

Considerando isso, podemos nos atentar a uma análise a respeito de outras formas de economia, que têm seu sentido construído na necessidade do desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, como a Economia solidária⁴, uma temática de estudo em constante evolução no Brasil (BERNADELLI, 2019). Suas origens históricas no país tem como ponto chave o aumento das taxas de desemprego, a precarização do trabalho e as reformas neoliberais no campo da economia, na transição da década de 90 para os anos 2000, quando o crescimento do campo industrial teve como resultado o empobrecimento de muitos artesãos, devido à introdução da maquinaria (CUNHA, 2019).

Podemos abordar estudos que trabalham com tal perspectiva, que defendem a Economia Solidária como um movimento de inovação e questionamento das lógicas hegemônicas de mercado, e a partir disto, analisar a faceta política-pedagógica envolvendo as feiras livres. Para Cunha (2019), a autogestão pode ser uma ferramenta que permite o desenvolvimento de uma forma de consciência que transforma as ações dos sujeitos, devido

⁴ Ela surgiu, no início do século XIX, na Inglaterra, como uma possibilidade de geração de trabalho e renda que tivesse como elemento central a autogestão, ora podendo ser considerada com uma lógica de organização alternativa ao capitalismo, ora como uma possibilidade dentro do capital. Isso porque ela se tratou, originalmente, de uma busca de uma alternativa que reestabelecesse o crescimento econômico, através do estímulo do consumo das vítimas da pobreza, reinserindo-as no sistema de produção (CUNHA, 2019). Para Teles e Santos (2019) as formas associativas de produção foram uma resposta parcial dos movimentos sociais à crise, além de ser uma busca por sobrevivência.

ao fato de que todas as partes do processo de gerenciamento do trabalho são realizadas pelos trabalhadores, que se tornam agentes atuantes que estão a par de todo o processo. Assim, a dinâmica que ocorre na Economia solidária, de gestão democrática, autogestão e repartição líquida entre cooperados, possibilita a formação de sujeitos que operam sob uma lógica diferente daqueles forjados nas relações capitalistas (CUNHA, 2019).

Para Teles e Santos (2019) há um potencial político-pedagógico que existe para além da comercialização nas feiras, em todo processo de organização, participação e autogestão, onde se percebe um movimento de cooperação e decisão coletiva sobre as diversas etapas. Há, ainda, uma percepção do crescimento da busca da população pelo consumo de alimentos produzidos pela agricultura familiar e livres de agrotóxicos, sem exploração de mão-de-obra. (TELES, SANTOS, 2019). Como levantado por estes autores, a feira livre exerceu um importante papel nas atividades econômicas do Brasil, se consolidando não só como uma forma de abastecimento para a população, mas para além disso, se tornou a representação de uma cultura, através do artesanato, da música, literatura e interações sociais que ali ocorrem nesses espaços. Danielli e Mackmillan (2018)⁵, por sua vez, abordam as feiras como pertencentes à categoria de mercado público, que por sua vez, podem ser considerados centros de memórias, que conservam formas de comercialização que se diferenciam do impessoalismo das formas modernas de autosserviço e *shoppings*, por exemplo.

Os autores analisam o impacto negativo dos processos de industrialização e urbanização não planejada pelos governos nas cidades, que foram extinguindo as relações sociais que as conectavam com o campo. Assim, para eles, a feira se trata de um lugar de conexão entre espaço urbano e espaço rural, e ressaltam também o fato de que as ricas trocas culturais que ocorrem neste tipo de mercado são forjadas na vida comunitária das populações locais, já que as relações de produção, compra e venda são mais do que apenas econômicas, mas também estão correlacionadas aos arranjos socioculturais de uma sociedade.

⁵ Tal estudo teve como foco uma análise do contexto histórico dos mercados públicos, por meio de revisões bibliográficas, abordando as feiras livres de ruas até a implantação de mercados nas grandes cidades europeias e suas repercussões no Brasil, com ênfase em edifícios como mercados municipais das cidades de Recife, São José, Manaus e Belém, visando analisar concepções tipológicas e construtivas destes. Além disso, aborda-se neste trabalho uma discussão sobre como esses espaços públicos tornam-se espaços de sociabilidade.

Sobre as trocas que ocorrem nos diferentes ambientes de feira, alguns dos autores abordam a ideia de que elas existem não só no aspecto da comercialização, mas também em nível social. Vedana (2013) analisa que o trabalho dos(as) feirantes está amparado em suas habilidades de construir laços sociais e a forma como eles promovem sociabilidades que acontecem no ambiente da feira. A autora defende que as práticas cotidianas que identificamos e podemos vivenciar nestes espaços são na verdade uma sistematização de saberes e experiências, construídas no dia a dia de quem ali convive e interage. Pela perspectiva do campo Trabalho-Educação, Souza (2015) tece reflexões sobre as feiras livres defendendo que estes espaços vão além da simples comercialização de produtos, representando ambientes não formais de aprendizagem, de trocas materiais e simbólicas e de formação humana.

Dialogando com esta perspectiva, para Schneider, Falckembak, Frantz (2014) o processo educativo é compreendido como a construção de novas ideias, relações e práticas vivenciadas a partir da realidade da feira, que ocorrem através da interação entre diferentes visões. Para eles o contato entre colegas de profissão, de forma coletiva, as tarefas de comercialização, planejamento e cultivo, além do atendimento personalizado que se dá através de um diálogo informal entre feirantes e comunidade, representam uma oportunidade de aprendizagem, para além dos encontros agradáveis entre diferentes pessoas, o que possibilita reconhecer tais interações como processos educativos em espaços não-escolares. Ao analisarem a forma de organização destas feiras e o trabalho que elas demandam, Teles e Santos (2019) defendem que há um formato de educação em que todos ensinam e aprendem em uma interação dialogada, sem uma categorização das pessoas e suas especialidades, não havendo, nas palavras dos autores, uma “necessidade formativa cursista” (TELES, SANTOS, 2019, p. 242).

Ao reconhecermos isso, há a oportunidade de refletir sobre os aprendizados presentes e que se constituem nas feiras, que são fundados nos laços construídos quando do momento em que elas acontecem, e que a relação entre feirantes, fregueses(as), colegas e fornecedores é a base onde se constrói conhecimentos que “fazem” o(a) feirante, e que perpetuam um conjunto de saberes que compõe a cultura da feira (VEDANA, 2013). Corroborando com essa perspectiva, Souza (2015) discute que as feiras representam espaços em que os(as)

produtores(as) e trabalhadores(as) criam e recriam suas práticas, afirmando a legitimidade destas em interação com as pessoas que procuram este ambiente, podendo, por isso, ser considerado um espaço de construção de conhecimentos válidos para além das instituições escolares (SOUZA, 2015).

A educação em Paulo Freire e a interlocução com a realidade das feiras

As formas de sociabilidade discutidas até este momento podem também ser compreendidas sob a luz da educação popular de Paulo Freire (FREIRE, 2000; 1979). O autor defende a ideia de que os processos pedagógicos não podem ser propostos em sistemas e procedimentos pré-concebidos, fechados, sem estarem acontecendo em concomitância com a vida, a cultura e os saberes dos indivíduos que deles participam.

Para Freire, o papel da educação na sociedade pode ser repensado, dentre vários aspectos, a partir da figura do educador e do educando, tanto na escola, quanto nos espaços não formais. Podemos partir, em primeiro lugar, da busca por entender a estrutura ideológica por trás dos processos educativos tradicionais, e a forma como eles foram construídos. A ideia de educação que podemos dar conta, nas estruturas atuais, tem como base uma lógica de buscar promover uma espécie de adequação dos educandos às estruturas dominantes, como uma forma de domesticação. Os sujeitos, que trazem de sua própria realidade suas manifestações culturais, perspectivas e modos ver o mundo encontram na estrutura escolar moldes que os padronizam, homogeneízam individualidades e os colocam em uma situação de silenciamento de sua autenticidade.

Freire (1987) identifica, nos processos educativos hegemônicos na sociedade capitalista, uma tentativa de dificultar ou até mesmo punir questionamentos legítimos das pessoas que ocupam o lugar dos educandos. Este modelo de educação tende a retirar os sujeitos de seu lugar histórico, desconsiderando sua bagagem prévia, colocando os educandos num lugar de receptáculo de informações, vazias para eles, imobilizantes (FREIRE, 1987). Dessa forma se propõe pensar no real sentido da educação, como aquela que deveria nos permitir ser mais, criar e ser como queremos e podemos. E nesse momento o saber formal é necessário, mas não se sobressai aos procedimentos empíricos do povo. Não

se trata de achar que as pessoas que não detêm da técnica formal são ignorantes, manipuláveis, que precisam ser “preenchidos” com o saber formal (FREIRE, 1979).

Na obra de Freire as construções coletivas aparecem com um papel importante nos processos educativos, que acontecem através da troca, que conecta ambas as partes que se intercomunicam. Diante desse contexto, voltamos a refletir sobre o ambiente das feiras, em que o fazer do trabalho de uma das partes está se comunicando com a curiosidade e vontade do outro ser, o consumidor, que faz a escolha de frequentar um ambiente em que há um compartilhar de humanidades, quando da escolha de aspectos essenciais como sua alimentação e estilo de vida. Através do consumo de alimentos (como frutas, legumes, doces, conservas) e artesanatos ou itens decorativos, se expressa também uma subjetividade que compõe os indivíduos presentes. Os feirantes, por sua vez, compartilham de sua sabedoria, indo muito além de apenas comercializar seus produtos: descobrem o gosto do consumidor, acatam sugestões, diversificam a produção e melhoram sua qualidade e apresentação (SCHNEIDER, FALCKEMBAK, FRANTZ, 2014). Ao mesmo tempo discutem sobre a disponibilidade de alimentos relacionados à época do ano, suas formas de cultivo, suas práticas cotidianas, que são o cerne de seu trabalho e modo de vida. Há saberes sendo construídos coletivamente, como ressalta Souza (2015) a partir de atos, gestos, performances corporais, movimentos, dizeres e formas de se relacionar fomentadas por feirantes e fregueses. Este aspecto também é trabalhado por Vedana (2013), que elabora a reflexão sobre os processos de aprendizagens que ocorrem a partir da interação social que permeia as experiências do estar na feira, e que garante o sustento dos produtores e produtoras, ou seja, trata-se da sociabilidade como um instrumento de trabalho.

Na obra de Freire, a comunicação entre os sujeitos tem um papel central no conceito de educação, pois esta é construída a partir de uma troca de “pensares” que ganham autenticidade pela sua conexão com a realidade. É a intercomunicação, a troca de experiências palpáveis, o cerne onde acontece a educação. Educador e educando no contexto das feiras são na verdade indivíduos em interação e troca, sem as amarras formais dos lugares que estes ocupam na sociedade. Nas feiras, as experiências das pessoas que ali estão e se “co-educam”, estão postas no jogo educativo, permeando as trocas que ali existem. Assim como na educação libertadora, nestes momentos o objeto cognoscível, os fatos que se

colocam para a análise e compreensão, não são uma propriedade nem pra um nem para outro indivíduo, mas sim a incidência de uma reflexão mútua de ambos (FREIRE, 1979).

Ao reconhecermos a natureza coletiva do processo de educação, indispensável se torna o debate sobre a ideia de ignorância e a suposta noção de superioridade, comuns nas nossas experiências. Por exemplo, quando pensamos na lógica de mercado presente por trás da formação dos profissionais. A ideia de profissionalização se sedimentou na nossa sociedade como um munir-se de técnicas e ferramentas intelectuais para assim subjugar os outros conhecimentos e formas de ser que não passaram pelo mesmo processo. Há uma formação para servir a um mercado de trabalho que exige técnicas específicas e legitimadas pelos meios formais, mas que não reconhece os diversos outros saberes. E assim conseguimos ver o que Freire conceitua como uma espécie de armadilha, a qual os profissionais estão sujeitos, a de passarem a fazer parte de “um mundo estranho, de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que deve ser doado aos “ignorantes e incapazes”. Habitantes de um gueto de onde saem messianicamente para salvar os “perdidos” que estão fora” (FREIRE, 1979, p. 10).

Na obra de Freire “Educação e mudança” se discute que não há um “onde chegar” definido quando se fala de educação. Não há seres ignorantes absolutos, não educados, em contraposição a seres educados que já chegaram em um ponto de “preenchimento” que os tornam capazes de depositar nos outros o seu saber. Isso não existe. O que existe é um movimento permanente de busca, em que as pessoas se encontram em graus diferentes, em constante tensão e questionamento. Estamos todos nos educando de diferentes formas, sendo que todo ser humano tem sua carga de sabedoria em diferentes formatos. Vale dizer que o que existe, na verdade, é um saber sistematizado, formalizado, que ao longo da nossa construção social, foi legitimado e tido como superior -não coincidentemente- pelas mesmas classes que o criaram. É preciso lembrar, então, que tanto o saber quanto a ignorância são relativos (FREIRE, 1979).

Podemos, com isso, elaborar sobre a construção de conhecimento nos processos formativos que envolvem as feiras. Monteiro *et al.* (2016) abordam a diversidade de atores que se reúnem em função das feiras livres pela troca de produtos e experiências, produzindo práticas e saberes diversos. Porém, mais do que este espaço em si, os autores destacam a

complexidade do que acontece anteriormente, as reuniões preparatórias, em cooperativas e associações, que representam um anseio de melhora das condições gerais de comercialização de produtos e estruturação das feiras. Os autores ressaltam que é possível perceber um movimento colaborativo dos pequenos agricultores, que buscam se organizar para que a sua produção alcance os consumidores, o que permite também trocas de experiências e compartilhamento de saberes e práticas.

Nos momentos de organização pré-feira, há engajamento e mobilização dos(as) agricultores(as) na busca por parcerias e apoios, na negociação de logística e datas de realização, e na elaboração das atividades a serem desenvolvidas quando da ocorrência das feiras. Monteiro *et al.* (2016) identificaram também momentos de formação como oficinas de capacitação que discutem o acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que buscam operacionalizar a produção familiar local e o consumo de alimentos, na tentativa de, entre outros objetivos, garantir a renda do agricultor familiar (CAMARGO *et al.*, 2013). Os autores relatam que nestas oficinas são trabalhados, por exemplo, os documentos necessários para acessar políticas públicas, informações sobre instituições a quem os agricultores podem recorrer, discutir seus anseios e dúvidas sobre o funcionamento e execução destas políticas e sobre a ampliação do acesso aos mercados, fazendo com que não fiquem presos a “uma rede desarticulada de venda de produtos, entregando muitas vezes toda a produção nas mãos de atravessadores, perdendo parte de seu lucro” (MONTEIRO *et al.* 2016). Mais além, Schneider, Falckembak, Frantz (2014) analisam também a importância de diferentes entidades na formação dos(as) agricultores(as) sobre a questão agrária no Brasil, como grupos religiosos, movimentos sociais, sindicatos, e governos comprometidos com a participação popular na administração, o que fortalece a perpetuação de espaços como as feiras.

Tomando como exemplo a dificuldade de alguns agricultores em compreender as questões legais de acesso a políticas públicas como as mencionadas, podemos tentar interpretar o seu sentido. A burocracia vinculada às questões políticas pode impedi-los(as) de melhorarem suas condições de comercialização e organização do escoamento da produção. Isso nos remete ao conceito de alienação cultural trabalhada por Freire (1979),

que identificou a construção de uma ideia de autenticidade atrelada a uma cultura que silencia e despreza outras, impondo pressões sobre valores e formas de ser superiores, construídos a partir de lógicas externas aos indivíduos. Tal cultura, tida como referência, é capaz de ditar o que é culto, aceitável e desejável, refletindo também em aspectos de nossas leis, políticas econômicas e de mercado, soluções tecnológicas e comportamentos. Houve na história um fenômeno da formação de uma elite que passou a governar nosso país conforme as ordens de uma sociedade diretriz, onde se tomava decisões externas a nossa “sociedade-objeto”, cuja cultura se desenvolveu a partir de um histórico colonial. Freire (1979) analisa a estrutura de sociedades como a nossa, identificando formas rígidas de construção dos aspectos educacionais, legais e burocráticos. É um formato autoritário, que busca conservar as instituições e privilégios que mantêm o *status* das elites, que são “dignas”, e que, nas palavras de Freire, “prescrevem as determinações às massas” (FREIRE, 1979, p. 18). Ou seja, algumas instituições, burocratizações e até a dificuldade de alguns produtores de acessarem algumas políticas podem estar justamente a serviço desta alienação, que confere poder àqueles que se beneficiam das culturas tidas como superiores.

Tal realidade impõe obstáculos aos indivíduos, limitando suas condições de ter acesso a importantes ferramentas para o desenvolvimento do seu trabalho. Isso os coloca face à problematização do sentido das coisas, do seu lugar no mundo, podendo gerar um sentimento de desesperança, de forma que construir uma percepção crítica é a via que lhes dá a possibilidade de superação. A partir de Freire (1979) é possível refletir sobre as condições para a formação de uma consciência crítica que tem como característica a busca de profundidade na análise de problemas, fazendo com que os indivíduos busquem revisões e o desenvolvam uma responsabilidade e autoridade sobre si mesmos, sem delegarem para terceiros, ou supostos superiores. As práticas educativas devem buscar, portanto, promover estes processos de libertação: quando os indivíduos, reconhecidos como seres históricos, passam a ter a compreensão das limitações que encaram no seu fazer cotidiano, na sua realidade direta, e conseguem, a partir disto, despertar uma busca legítima de sua própria formação, coerente com seu universo temático (FREIRE, 1987). É o que ocorre, por exemplo, o relatado por Vedana (2013), quando alguns e algumas feirantes passam a buscar maneiras de fazer parte das comissões ou associações de gestão, cumprindo um papel

político de administração deste tipo de comércio. Se evidencia um aspecto educativo da feira no sentido de despertar a busca pela participação política e organização, trabalhando a construção de autonomia dos sujeitos.

Quando ocorrem ações educativas, como encontros, reuniões e oficinas, no sentido de contribuir para o entendimento dos agricultores sobre seus direitos de acesso a políticas públicas, é possível refletir sobre a noção de compromisso com a humanização dos sujeitos trabalhada por Freire. Se trata de desenvolver a capacidade humana de se perceber como parte integrante de uma realidade, entre tantas outras, e se apropriar desta condição em um ato não passivo, refletindo sobre ela e agindo para sua própria humanização. Podemos pensar, ainda, na escolha de se trabalhar com a feira, que teve seu sentido construído em suas trajetórias, muitas vezes familiares, com seu aprendizado construído entre e com clientes e colegas de profissão, ou seja, se trata de um saber fundado na experiência vivida no cotidiano, imbuída de uma dimensão afetiva que reafirma o sentido do investimento nesta forma de trabalho (VEDANA, 2013).

Considerações Finais

Freire (1979) ressalta que a sociedade está em constante mudança, sendo que os valores, formas de ser e comportar-se estão sempre em movimento, de forma que pode existir épocas históricas em que estes fatores saiam do equilíbrio, e não correspondam mais aos anseios da sociedade. Quando isso acontece, e configura o que o autor chama de período de transição, um valor se esgota e outros novos surgem, sendo este o momento chave em que a educação tem o seu papel, podendo gerar processos de construção de uma consciência crítica e de desalienação em relação às estruturas sociais e aspectos limitantes na cultura de grupos considerados marginalizados. Como visto nas reflexões propostas pelos estudos aqui trabalhados, a elaboração coletiva de estratégias para a promoção das feiras, permitem mais do que sentimentos de coletividade e solidariedade, dizem sobre um reconhecimento do trabalho e legitimidade do saber dos agricultores e agricultoras, artesãos e artesãs, que se colocam como atores principais do processo. As feiras podem, dentre suas múltiplas potencialidades, ser entendidas como espaços de construção e ressignificação cotidiana dos

saberes do campo, que impulsionam as práticas cotidianas de trabalho de grupos populares e subalternos, através dos encontros promovidos nestes ambientes, onde há uma criação de laços entre produtor e consumidor, relação essa em que há trocas de saberes. Assim, se constroem espaços de trocas de vivências, desde o processo de organização, oficinas de processamento de produtos e de inserção política dos agricultores até o momento da comercialização nas feiras. Os saberes construídos podem representar movimentos de transformação, que encontram seu cerne nas interações sociais entre os participantes.

É preciso pensar qual o papel a educação está fazendo para trazer à tona as condicionantes que afetam nossa visão de mundo, consciência e cultura. Pensar sobre os processos de alienação pelos quais passamos e as diferentes formas que nossa consciência pode tomar, nos ajuda a compreender o quão importante é nossa formação, na desconstrução de muitas de nossas limitações enquanto sociedade e humanidade. A noção da inconclusão aparece como conceito chave neste contexto. O processo de educação se sustenta no inacabamento humano, pois nós nos sabemos inacabados e por isso nos educamos. O que trabalhamos até aqui sobre nossa capacidade de refletir sobre nós mesmos é o que nos faz entender onde se situa a raiz da educação, segundo Freire (1987). Isso pois, a partir do momento que nos retiramos do simples ato reflexo como no caso dos animais, conseguimos nos colocar em uma realidade, entender nossas condicionantes e superá-las, passando a buscar ser algo mais e criar, sermos autênticos. Isso é o educar libertador de Freire. Um educar em que os sujeitos desta educação somos nós mesmos, na nossa própria busca, que deve ser feita ao lado de outros seres com os mesmos propósitos, ou como trata Freire, outras “consciências”.

Por fim, a partir das pesquisas analisadas para este trabalho, as feiras são capazes de formar contextos de construção de saberes, que ocorrem na troca de experiências, produtos ou mesmo palavras, indo além da mera transmissão de informações descontextualizadas e desmotivadas. A motivação está incluída no processo, como uma busca ativa do entendimento sobre os acontecimentos do cotidiano, que perpassam por diferentes linguagens, configurações cognitivas e afetivas, e que alimenta o ímpeto criativo, central na condição humana.

Referências

BERNADELLI, Luan Vinicius. **A economia numa perspectiva interdisciplinar** [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite, BACCARIN, José Giacomo, SILVA, Daniese Boito Pereira. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

CUNHA, Yuri Rodrigues. Economia solidária e autogestão como bases para uma nova condição material da existência. In: BERNADELLI, Luan Vinicius. **A economia numa perspectiva interdisciplinar** [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

DANIELLI, Leonardo; MACKMILLAN, Vanderli Machado. Mercado público: tipologias e sociabilidades do ambiente urbano. **Anais do I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina**.v.1. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega, CRUZ, Dalcy da Silva. Lugares que educam: O aprendizado nas feiras livres. **Revista Inter-Legere**, n. 8, 18 dez. 2013.

MONTEIRO, Daniele de Melo, TAVARES, Francinei Bentes, CORDEIRO, Ivens Ely Martins, NASCIMENTO, Afonso Welliton de Souza, CORDEIRO, Adriana Leite de Melo. Educação Popular e movimentos sociais: um estudo sobre os saberes dos atores sociais o contexto das feiras de economia solidária no Baixo Tocantins – PA. **Revista CCCSS Contribuciones a las Ciencias Sociales**. 2016.

SCHNEIDER, Leoni Inês Balzan, FALCKEMBAK, Elza M. F., FRANTZ, Walter. Feira Sabor da Terra: uma experiência de economia familiar no campo da educação popular. **Cadernos do CEOM** – Ano 20, n. 27 – Lutas pela terra. 2014.

SILVA, Merli Leal, STROFF, Luiz Gabriel. Pedagogia freireana nas feiras livres: Integrando Comunicação e educação no campo. **Intercom Jr IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

SOUZA, Carolina Rezende. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. **Trabalho necessário**. Ano 3, n. 22, 2015.

TELES, Alessandra Oliveira, SANTOS, Wesley Freire. Saberes e sabores: a experiência de uma feira de economia popular e solidária na Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) In: BERNADELLI, Luan Vinicius. **A economia numa perspectiva interdisciplinar** [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

VEDANA, Viviane. FAZER A FEIRA E SER FEIRANTE: A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DO TRABALHO EM MERCADOS DE RUA NO CONTEXTO URBANO. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013.

Submissão em: 06-03-2021

Aceito em: 30-07-2021